

de lei pertencer o cumpram e façam cumprir o guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 3 de Fevereiro de 1930.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*Domingos Augusto Alves da Costa*

Oliveira—António Lopes Mateus—Luís Maria Lopes da Fonseca—António de Oliveira Salazar—João Namorado de Aguiar—Luís António de Magalhães Correia—Fernando Augusto Branco—João Antunes Guimarães—Gustavo Cordeiro Ramos—Henrique Linhares de Lima.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção Geral dos Negócios Comerciais

1.ª Repartição

ANTÓNIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA, Presidente da República Portuguesa, pelo voto da Nação:

Faço saber aos que a presente Carta de Confirmação e Ratificação virem que, aos vinte e quatro de Abril de mil novecentos e vinte e seis, foi assinada em Paris, entre Portugal e outras nações, uma Convenção Internacional relativa à circulação de automóveis, que foi feita num único exemplar, cujo teor é o seguinte:

Convenção internacional relativa à circulação de automóveis

Os abaixo assinados, Plenipotenciários dos Governos dos Estados adiante designados, reunidos em Conferência em Paris, de 20 a 24 de Abril de 1926, com o fim de examinar as modificações a apresentar à Conferência Internacional relativa à circulação dos automóveis de 11 de Outubro de 1909, assentaram nas estipulações seguintes:

Disposições gerais

ARTIGO 1.º

A Convenção aplica-se à circulação automóvel por estradas em geral, quaisquer que sejam o objecto e a natureza do transporte, salvo, no entanto, as disposições especiais de cada Nação, relativas aos serviços públicos de transporte em comum das pessoas e aos serviços públicos de transporte de mercadorias.

ARTIGO 2.º

São reputados automóveis, de harmonia com as prescrições da presente Convenção, todos os veículos providos dum dispositivo de propulsão mecânica, circulando sobre a via pública sem estarem em relação com a via férrea e servindo ao transporte das pessoas ou das mercadorias.

Condições a satisfazer pelos automóveis para serem admitidos internacionalmente a circular na via pública

ARTIGO 3.º

Todo o automóvel para ser admitido internacionalmente a circular na via pública deve, ou ter sido reconhecido apto a ser pôsto em circulação depois de exame perante a autoridade competente ou perante uma associação devidamente habilitada por aquela, ou estar conforme a um tipo considerado da mesma maneira. Deve, em todos os casos, satisfazer às condições adiante fixadas.

I—O automóvel deve ser provido dos dispositivos seguintes:

- Um sólido aparelho de direcção que permita efectuar, fácil e seguramente, as voltas;
- Quer se trate de dois sistemas de travões independentes um do outro, quer dum sistema accionado por dois

Convention Internationale relative à la circulation automobile

Les soussignés, Plénipotentiaires des Gouvernements des États ci-après désignés, réunis en Conférence à Paris, du 20 au 24 Avril 1926, en vue d'examiner les modifications à apporter à la Convention Internationale relative à la circulation des automobiles du 11 Octobre 1909, ont convenu des stipulations suivantes:

Dispositions générales

ARTICLE 1

La Convention s'applique à la circulation routière automobile en général, quels que soient l'objet et la nature du transport, sous réserve, cependant, des dispositions spéciales nationales relatives aux services publics de transport en commun des personnes et aux services publics de transport de marchandises.

ARTICLE 2

Sont réputés automobiles, au sens des prescriptions de la présente Convention, tous véhicules pourvus d'un dispositif de propulsion mécanique, circulant sur la voie publique sans être liés à une voie ferrée et servant au transport des personnes ou des marchandises.

Conditions à remplir par les automobiles pour être admis internationalement à circuler sur la voie publique

ARTICLE 3

Tout automobile, pour être admis internationalement à circuler sur la voie publique, doit, ou bien avoir été reconnu apte à être mis en circulation après examen devant l'autorité compétente ou devant une association habilitée par celle-ci, ou bien être conforme à un type agréé de la même manière. Il doit, dans tous les cas, remplir les conditions fixées ci-après;

I—L'automobile doit être pourvu des dispositifs suivants:

- Un robuste appareil de direction qui permette d'effectuer facilement et sûrement les virages;
- Soit deux systèmes de freinage indépendants l'un de l'autre, soit un système actionné par deux commandes

comandos independentes um do outro, e dos quais uma das partes pode agir mesmo se a outra se avariar, em qualquer dos casos um e outro sistema devem ser suficientemente eficazes e de acção rápida;

c) Quando o peso do automóvel vazio exceda 350 quilogramas deve ter um dispositivo tal que se possa do lugar do condutor imprimir-lhe o movimento de recuo por meio do motor;

d) Quando o peso total do automóvel formado pelo peso do carro vazio e da carga máxima declarada admissível antes de a receber exceda 3500 quilogramas, deve ter um dispositivo especial que possa impedir em todas as circunstâncias a fuga para trás, assim como um espelho retrovisor.

Os aparelhos de manobra devem estar agrupados de maneira que o condutor possa accioná-los por uma forma segura sem deixar de observar a estrada.

Os aparelhos devem ter um funcionamento seguro e estar dispostos de maneira a evitar, na medida do possível, todo o perigo de incêndio ou de explosão, a não constituir nenhuma outra forma de perigo para a circulação e a não atemorizar nem incomodar muito pelo barulho, pelo fumo e pelo cheiro. O automóvel deve estar munido dum dispositivo de escape silencioso.

As rodas dos veículos automóveis e dos seus reboques devem estar munidas de *bandages* em cauchu ou de qualquer outro sistema equivalente sob o ponto de vista da elasticidade.

A extremidade dos tubos de escape não deve projectar-se fora do resto do contorno exterior do veículo.

II — O automóvel deve ter:

1.º Adiante e atrás, inscrito sobre placas ou sobre o veículo, o sinal de matrícula que lhe tiver sido atribuído pela autoridade competente. O sinal de matrícula colocado atrás, assim como o sinal distintivo a que se refere o artigo 5.º, devem ser iluminados desde que deixem de ser visíveis à luz do dia.

No caso de um veículo seguido de um reboque, o sinal de matrícula e o sinal distintivo a que se refere o artigo 5.º devem ser repetidos atrás do reboque e as prescrições relativas à iluminação destes sinais aplicam-se também ao reboque.

2.º Em um sítio praticamente acessível e em caracteres facilmente legíveis, as indicações seguintes:

Designação do construtor do *chassis*;

Número de fabricação do *chassis*;

Número de fabricação do motor.

III — Todo o automóvel deve ser munido dum aparelho de alarme, de potência suficiente.

IV — Todo o automóvel que circula isoladamente deve, durante a noite e a partir do crepúsculo, ser munido adiante pelo menos de dois faróis brancos, colocados um à direita e outro à esquerda, e atrás, dum farol encarnado.

Contudo, para as motocicletas com duas rodas, não acompanhadas de *side-car*, o número de faróis adiante pode ser reduzido a um.

V — Todo o automóvel deve igualmente ser provido de um, ou mais dispositivos que permitam iluminar eficazmente a estrada adiante a uma distância suficiente, a não ser que os dois faróis brancos acima mencionados satisfaçam a essa condição.

Se o veículo for susceptível de marchar a uma velocidade superior a 30 quilómetros à hora, a dita distância não deve ser inferior a 100 metros.

VI — Os aparelhos de iluminação susceptíveis de produzir um clarão devem ser estabelecidos de maneira a

independantes l'une de l'autre et dont l'une des parties peut agir même si l'autre vient à être en défaut, en tous cas l'un et l'autre système suffisamment efficace et à action rapide;

c) Lorsque le poids de l'automobile à vide excède 350 kilogrammes, un dispositif tel que l'on puisse, du siège du conducteur, lui imprimer un mouvement de recul au moyen du moteur;

d) Lorsque le poids total de l'automobile formé du poids à vide et de la charge maxima déclarée admissible lors de la réception excède 3500 kilogrammes, un dispositif spécial qui puisse empêcher, en toutes circonstances, la dérive en arrière, ainsi qu'un miroir rétroviseur.

Les organes de manœuvre doivent être groupés de façon que le conducteur puisse les actionner d'une manière sûre sans cesser de surveiller la route.

Les appareils doivent être d'un fonctionnement sûr et disposés de façon à écarter, dans la mesure du possible, tout danger d'incendie ou d'explosion, à ne constituer aucune autre sorte de danger pour la circulation et à n'effrayer ni sérieusement incommoder par le bruit, la fumée, ni l'odeur. L'automobile doit être muni d'un dispositif d'échappement silencieux.

Les roues des véhicules automobiles et de leurs remorques doivent être munies de bandages en caoutchouc ou de tous autres systèmes équivalents au point de vue de l'élasticité.

L'extrémité des fusées ne doit pas faire saillie sur le reste du contour extérieur du véhicule.

II — L'automobile doit porter:

1.º A l'avant et à l'arrière, inscrit sur des plaques ou sur le véhicule lui-même, le signe d'immatriculation qui aura été attribué par l'autorité compétente. Le signe d'immatriculation placé à l'arrière ainsi que le signe distinctif visé à l'article 5 doivent être éclairés dès qu'ils ont cessé d'être visibles à la lumière du jour.

Dans le cas d'un véhicule suivi d'une remorque, le signe d'immatriculation et le signe distinctif visé à l'article 5 sont répétés à l'arrière de la remorque et la prescription relative à l'éclairage de ces signes s'applique à la remorque.

2.º Dans un endroit pratiquement accessible, et en caractères facilement lisibles, les indications suivantes:

Désignation du constructeur du *chassis*;

Numéro de fabrication du *chassis*;

Numéro de fabrication du moteur.

III — Tout automobile doit être muni d'un appareil avertisseur sonore, d'une puissance suffisante.

IV — Tout automobile circulant isolément doit, pendant la nuit et dès la tombée du jour, être muni à l'avant d'au moins deux feux blancs, placés l'un à droite, l'autre à gauche, et à l'arrière d'un feu rouge.

Toutefois, pour les motocycles à deux roues, non accompagnés d'un *side-car*, le nombre de feux à l'avant peut être réduit à un.

V — Tout automobile doit également être pourvu d'un ou plusieurs dispositifs permettant d'éclairer efficacement la route à l'avant sur une distance suffisante, à moins que les feux blancs ci-dessus prescrits ne remplissent cette condition.

Si le véhicule est susceptible de marcher à une vitesse supérieure à 30 kilomètres à l'heure, ladite distance ne doit pas être inférieure à 100 mètres.

VI — Les appareils d'éclairage susceptibles de produire un éblouissement doivent être établis de manière

permitir a supressão do clarão no encontro de outros viajantes ou em todas as circunstâncias em que esta supressão seja útil. A supressão do clarão deve contudo deixar subsistir uma intensidade luminosa suficiente para eficazmente iluminar a estrada a uma distância de, pelo menos, 25 metros.

VII—Os automóveis seguidos de um reboque devem estar sujeitos à mesma regra que os automóveis isolados no que diz respeito à iluminação para diante; o farol vermelho detrás deve estar no reboque.

VIII—No que diz respeito aos limites relativos ao peso e à carga, os automóveis devem satisfazer aos regulamentos gerais do país em que circulam.

Entrega e reconhecimento dos certificados internacionais para automóveis

ARTIGO 4.º

Em vista de se certificar, para cada automóvel, admitido internacionalmente a circular sobre a via pública, que as condições previstas no artigo 3.º estão preenchidas ou são susceptíveis de ser observadas, serão passados certificados internacionais segundo o modelo e as indicações figurando nos anexos A e B da presente Convenção.

Estes certificados são válidos por um ano a partir da data em que forem passados. As indicações manuscritas que eles contêm devem ser escritas em caracteres latinos ou em letra cursiva inglesa.

Os certificados internacionais passados pelas autoridades de um dos Estados contratantes ou por uma associação habilitada por estas autoridades, com a rubrica da autoridade, dão livre acesso à circulação em todos os Estados contratantes e são reconhecidos válidos sem novo exame. No entanto, o direito de fazer uso do certificado internacional pode ser recusado se se tornar evidente que as condições previstas no artigo 3.º não estão preenchidas.

Sinal distintivo

ARTIGO 5.º

Todo o automóvel, para ser admitido internacionalmente a circular sobre a via pública, deve levar em evidência atrás, inscrito sobre uma chapa ou sobre o próprio veículo, um sinal distintivo composto de uma a três letras.

Para a aplicação da presente Convenção, o sinal distintivo corresponde ou a um Estado ou a um território, constituindo, sob o ponto de vista da matrícula dos automóveis, uma unidade distinta.

As dimensões e a cor deste sinal, as letras, assim como as suas dimensões e a sua cor, são fixadas no quadro figurando no anexo C da presente Convenção.

Condições a preencher pelos condutores de automóveis para serem admitidos internacionalmente a guiar um automóvel sobre a via pública.

ARTIGO 6.º

O condutor de um automóvel deve possuir as qualidades que deem uma garantia suficiente à segurança pública.

No que respeita à circulação internacional, ninguém poderá guiar um automóvel sem ter recebido, para este efeito, uma autorização passada por uma autoridade

à permettre la suppression de l'éblouissement à la rencontre des autres usagers de la route ou dans toute circonstance où cette suppression serait utile. La suppression de l'éblouissement doit toutefois laisser subsister une puissance lumineuse suffisante pour éclairer efficacement la chaussée jusqu'à une distance d'au moins 25 mètres.

VII—Les automobiles suivis d'une remorque sont assujettis aux mêmes règles que les automobiles isolés en ce qui touche l'éclairage vers l'avant; le feu rouge d'arrière est reporté à l'arrière de la remorque.

VIII—En ce qui touche les limitations relatives au poids et au gabarit, les automobiles et remorques doivent satisfaire aux règlements généraux des pays où ils circulent.

Délivrance et reconnaissance des certificats internationaux pour automobiles

ARTICLE 4

En vue de certifier, pour chaque automobile admis internationalement à circuler sur la voie publique, que les conditions prévues dans l'article 3 sont remplies ou sont susceptibles d'être observées, des certificats internationaux sont délivrés d'après le modèle et les indications figurant aux annexes A et B de la présente Convention.

Ces certificats sont valables pendant un an à partir de la date de leur délivrance. Les indications manuscrites qu'ils contiennent doivent toujours être écrites en caractères latins ou en cursive dite anglaise.

Les certificats internationaux délivrés par les autorités d'un des États contractants ou par une association habilitée par celles-ci, avec le contre-seing de l'autorité, donnent libre accès à la circulation dans tous les autres États contractants et y sont reconnus comme valables sans nouvel examen. Toutefois le droit de faire usage du certificat international peut être refusé, s'il est évident que les conditions prévues à l'article 3 ne sont plus remplies.

-Signe distinctif

ARTICLE 5

Tout automobile, pour être admis internationalement à circuler sur la voie publique, doit porter en évidence à l'arrière, inscrit sur une plaque ou sur le véhicule lui-même, un signe distinctif composé d'une à trois lettres.

Pour l'application de la présente Convention, le signe distinctif correspond soit à un État, soit à un territoire, constituant, au point de vue de l'immatriculation des automobiles, une unité distincte.

Les dimensions et la couleur de ce signe, les lettres, ainsi que leurs dimensions et leur couleur, sont fixées dans le tableau figurant à l'annexe C de la présente Convention.

Conditions à remplir par les conducteurs d'automobiles pour être admis internationalement à conduire un automobile sur la voie publique.

ARTICLE 6

Le conducteur d'un automobile doit avoir les qualités qui donnent une garantie suffisante pour la sécurité publique.

En ce qui concerne la circulation internationale, nul ne peut conduire un automobile sans avoir reçu, à cet effet, une autorisation délivrée par une autorité compé-

competente ou por uma associação habilitada por essa autoridade, depois de ter prestado provas das suas aptidões.

A autorização não pode ser concedida a pessoas de menos de dezóito anos de idade.

Passagem e reconhecimento das autorizações internacionais para condução de automóveis

ARTIGO 7.º

Com o fim de se certificar, para a circulação internacional, que as condições previstas no artigo antecedente estão preenchidas, são passadas autorizações internacionais de guiar automóveis, segundo o modelo e as indicações figurando nos anexos D e E da presente Convenção.

Estas autorizações são válidas durante um ano, a partir da data em que forem passadas e para as categorias de automóveis para as quais forem passadas.

Em vista da circulação internacional, foram estabelecidas as seguintes categorias:

A) Automóveis cujo peso total, formado do peso em vazio e da carga máxima declarada, admissível quando da recepção, não exceda 3500 quilogramas;

B) Automóveis cujo peso total, constituído como acima, exceda 3500 quilogramas;

C) Motocicletas com ou sem *side-car*.

As indicações manuscritas constantes das autorizações internacionais são sempre escritas em caracteres latinos ou em letra cursiva inglesa.

As autorizações internacionais de guiar automóveis passadas pelas autoridades dum Estado contratante ou por uma Associação habilitada por estas, com a rubrica da autoridade, permitem em todos os outros Estados contratantes guiar automóveis dentro das categorias para as quais elas foram passadas e são reconhecidas como válidas, sem novo exame, em todos os Estados contratantes. No entanto, o direito de fazer uso da autorização internacional de guiar pode ser recusado, se se tornar evidente que as condições prescritas pelo artigo precedente não foram preenchidas.

Observação das leis e regulamentos nacionais

ARTIGO 8.º

O condutor de um automóvel circulando num país tem de se conformar com as leis e regulamentos em vigor nesse país, em tudo o que diz respeito a circulação.

Um extracto destas leis e regulamentos poderá ser fornecido ao automobilista à entrada num país, na repartição em que forem preenchidas as formalidades alfandegárias.

Sinalização dos perigos

ARTIGO 9.º

Cada um dos Estados contratantes compromete-se a fiscalizar, na medida da sua autoridade, a que, ao longo das estradas, não sejam colocados, para assinalar as passagens perigosas, senão os sinais figurando no anexo F da presente Convenção.

Estes sinais são inscritos sobre chapas de forma triangular, cada Estado comprometendo-se, na medida do possível, a reservar exclusivamente a forma triangular à dita sinalização e a proibir o emprêgo desta forma em todos os casos de que possa resultar uma confusão com a sinalização de que se trata. O triângulo é, em princípio, equilátero e tem, pelo menos, 0^m,70 de lado.

Quando as condições atmosféricas se oponham ao

tente ou par une association habilitée par celle-ci après qu'il aura fait preuve de son aptitude.

L'autorisation ne peut être accordée à des personnes âgées de moins de 18 ans.

Délivrance et reconnaissance des permis internationaux de conduire

ARTICLE 7

En vue de certifier, pour la circulation internationale, que les conditions prévues à l'article précédent sont remplies, des permis internationaux de conduire sont délivrés d'après le modèle et les indications figurant aux annexes D et E de la présente Convention.

Ces permis sont valables pendant un an à partir de la date de leur délivrance et pour les catégories d'automobiles pour lesquelles ils ont été délivrés.

En vue de la circulation internationale, les catégories suivantes ont été établies :

A) Automobiles dont le poids total, formé du poids à vide et de la charge maxima déclarée admissible lors de la réception, n'excede pas 3500 kilogrammes;

B) Automobiles dont le poids total, constitué comme ci-dessus, excède 3500 kilogrammes;

C) Motocycles avec ou sans *side-car*.

Les indications manuscrites que contiennent les permis internationaux sont toujours écrites en caractères latins ou en cursive dite anglaise.

Les permis internationaux de conduire délivrés par les autorités d'un État contractant ou par une association habilitée par celles-ci, avec le contre-seing de l'autorité, permettent dans tous les autres États contractants la conduite des automobiles rentrant dans les catégories pour lesquelles ils ont été délivrés et sont reconnus comme valables sans nouvel examen dans tous les États contractants. Toutefois, le droit de faire usage du permis international de conduire peut être refusé, s'il est évident que les conditions prescrites par l'article précédent ne sont pas remplies.

Observation des lois et réglementations nationales

ARTICLE 8

Le conducteur d'un automobile circulant dans un pays est tenu de se conformer aux lois et règlements en vigueur dans ce pays pour ce qui touche à la circulation.

Un extrait de ces lois et règlements pourra être remis à l'automobiliste à l'entrée dans un pays, par le bureau où sont accomplies les formalités douanières.

Signalisation des dangers

ARTICLE 9

Chacun des États contractants s'engage à veiller, dans la mesure de son autorité, à ce que, le long des routes, il ne soit posé, pour signaler les passages dangereux, que les signaux figurant à l'annexe F de la présente Convention.

Ces signaux sont inscrits sur des plaques en forme de triangle, chaque État s'engageant, autant que possible, à réserver exclusivement la forme triangulaire à ladite signalisation et à interdire l'emploi de cette forme dans tous les cas où il pourrait en résulter une confusion avec la signalisation dont il s'agit. Le triangle est, en principe, équilatéral et a, au minimum, 0^m,70 de côté.

Lorsque les conditions atmosphériques s'opposent à

emprêgo de chapas inteiras, a chapa triangular pode ser aberta.

Neste caso a chapa pode não indicar o sinal da natureza do obstáculo e as suas dimensões podem ser reduzidas a um mínimo de 0^m,46 de lado.

Os sinais são colocados perpendicularmente à estrada e a uma distância do obstáculo que não deve ser inferior a 150 metros nem superior a 250 metros, a não ser que a disposição dos locais se oponha a isto.

Quando a distância do sinal ao obstáculo for notavelmente inferior a 150 metros, devem ser tomadas disposições especiais.

Cada um dos Estados contratantes opor-se há, na medida do seu poder, a que sejam colocados nas proximidades das vias públicas sinais ou dísticos, que poderiam prestar-se a confusão com as chapas indicadoras regulamentares ou tornar a sua leitura mais difícil.

A adopção das chapas triangulares será efectuada em cada Estado à medida da colocação dos novos sinais ou da renovação dos actualmente existentes.

Comunicação de informações

ARTIGO 10.º

Os Estados contratantes comprometem-se a comunicação das informações próprias a estabelecer a identificação das pessoas possuidoras dos certificados internacionais ou de autorizações de guiar internacionais, quando os seus automóveis forem objecto dum acidente grave ou que elas foram reconhecidas infractoras duma contravenção aos regulamentos respeitantes à circulação.

Comprometem-se por outro lado a comunicar aos Estados que passaram os certificados ou autorizações internacionais o nome, apelidos e morada das pessoas às quais retiraram o direito de fazer uso dos mencionados certificados ou licenças.

Disposições finais

ARTIGO 11.º

A presente Convenção será ratificada:

A) Cada Governo, desde que esteja pronto para o depósito das ratificações, informará disso o Governo Francês. Logo que vinte Estados actualmente ligados pela Convenção de 11 de Outubro de 1909 se tenham declarado prontos a efectuar este depósito, proceder-se há ao mesmo durante o mês que se segue à recepção da última declaração pelo Governo Francês e no dia fixado pelo dito Governo.

Os Estados não participantes na Convenção de 11 de Outubro de 1909 que, antes da data assim fixada para o depósito das ratificações, se tenham declarado prontos a depositar o instrumento da ratificação da presente Convenção participarão no depósito acima indicado.

B) As ratificações serão depositadas nos arquivos do Governo Francês.

C) O depósito das ratificações será constatado por um processo verbal assinado pelos representantes dos Estados que nele tomem parte e pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros da República Francesa.

D) Os Governos que não estejam em condições de depositar o instrumento da sua ratificação segundo os preceitos prescritos no parágrafo A) do presente artigo poderão fazê-lo por meio de uma notificação escrita, dirigida ao Governo da República Francesa e acompanhada do instrumento de ratificação.

E) Cópia certificada conforme o processo verbal relativo ao primeiro depósito de ratificações, notificações, assim como os instrumentos de ratificação que as acom-

pañam, a chapa triangular pode ser aberta.

Dans ce cas, elle pourra ne pas porter le signal indicatif de la nature d'obstacle et ses dimensions peuvent être réduites au minimum de 0^m,46 de côté.

Les signaux sont posés, perpendiculairement à la route et à une distance de l'obstacle qui ne doit pas être inférieure à 150 mètres ni supérieure à 250 mètres, à moins que la disposition des lieux ne s'y oppose.

Lorsque la distance du signal à l'obstacle est notablement inférieure à 150 mètres, des dispositions spéciales doivent être prises.

Chacun des États contractants s'opposera, dans la mesure de ses pouvoirs, à ce que soient placés, aux abords des voies publiques, des signaux ou panneaux quelconques qui pourraient prêter à confusion avec les plaques indicatrices réglementaires ou rendre leur lecture plus difficile.

La mise en service du système de plaques triangulaires sera effectuée dans chaque Etat au fur et à mesure de la mise en place des signaux nouveaux ou du renouvellement de ceux actuellement existants.

Communication de renseignements

ARTICLE 10

Les États contractants s'engagent à se communiquer les renseignements propres à établir l'identification des personnes titulaires de certificats internationaux ou de permis de conduire internationaux, lorsque leur automobile a été l'occasion d'un accident grave ou qu'elles ont été reconnues passibles d'une contravention aux règlements concernant la circulation.

Ils s'engagent, d'autre part, à faire connaître aux États qui ont délivré les certificats ou permis internationaux, les noms, prénoms et adresse des personnes auxquelles ils ont retiré le droit de faire usage desdits certificats ou permis.

Disposições finais

ARTICLE 11

La présente Convention sera ratifiée.

A) Chaque Gouvernement, dès qu'il sera prêt au dépôt des ratifications, en informera le Gouvernement français. Dès que vingt États actuellement liés par la Convention du 11 Octobre 1909 se seront déclarés prêts à effectuer ce dépôt, il sera procédé à ce dépôt au cours du mois qui suivra la réception de la dernière déclaration par le Gouvernement français et au jour fixé par ledit Gouvernement.

Les États non parties à la Convention du 11 Octobre 1909 qui, avant la date ainsi fixée pour le dépôt des ratifications, se seront déclarés prêts à déposer l'instrument de ratification de la présente Convention, participeront au dépôt ci-dessus visé.

B) Les ratifications seront déposées dans les archives du Gouvernement français.

C) Le dépôt des ratifications sera constaté par un procès-verbal signé par les représentants des États qui y prennent part et par le Ministre des Affaires Étrangères de la République française.

D) Les Gouvernements qui n'auront pas été en mesure de déposer l'instrument de leur ratification dans les conditions prescrites par le paragraphe A) du présent article pourront le faire au moyen d'une notification écrite adressée au Gouvernement de la République française et accompagnée de l'instrument de ratification.

E) Copie certifiée conforme du procès-verbal relatif au premier dépôt de ratifications, des notifications mentionnées à l'alinéa précédent, ainsi que des instruments

panham, será imediatamente, por intermédio do Governo Francês, e pela via diplomática, enviada aos Governos que assinaram a presente Convenção. Nos casos visados pela alínea precedente o dito Governo Francês far-lhes há conhecer ao mesmo tempo a data na qual elle recebeu a notificação.

ARTIGO 12.º

A) A presente Convenção applica-se de pleno direito só a metrópole dos Estados contratantes.

B) Se um Estado contratante desejar pô-la em vigor nas suas colónias, possessões, protectorados, territórios de além-mar ou territórios sob mandato, a sua intenção será mencionada no instrumento próprio de ratificação ou será objecto duma notificação especial dirigida por escrito ao Governo Francês, a qual será depositada nos arquivos deste Governo. Se o Estado declarante preferir este último processo, o dito Governo transmitirá immediatamente a todos os outros Estados contratantes cópia certificada conforme a notificação, indicando a data em que a recebeu.

ARTIGO 13.º

A) Todo o Estado não signatário da presente Convenção poderá a ela aderir no momento do depósito das ratificações indicado no artigo 11.º, alínea A), ou posteriormente a esta data.

B) A adesão será transmitida ao Governo Francês por via diplomática e o acto de adesão será depositado nos arquivos do dito Governo.

C) Este Governo transmitirá imediatamente a todos os Estados contratantes cópia certificada conforme a notificação, assim como o acto de adesão, indicando a data na qual recebeu a notificação.

ARTIGO 14.º

A presente Convenção produzirá efeito, para os Estados contratantes que tiverem participado no primeiro depósito das ratificações, um ano depois da data do dito depósito e, para os Estados que ratificaram ulteriormente ou que aderiram, assim como para as colónias, possessões, protectorados, territórios de além-mar e territórios sob mandato, não mencionados nos instrumentos de ratificação, um ano depois da data na qual as notificações previstas nos artigos 11.º, alínea D), artigo 12.º, alínea B), e artigo 13.º, alínea B), foram recebidas pelo Governo Francês.

ARTIGO 15.º

Cada Estado contratante, participante da Convenção de 11 de Outubro de 1909, obriga-se a denunciar a dita Convenção no momento do depósito do instrumento da sua ratificação ou da notificação da sua adesão à presente Convenção.

O mesmo procedimento será seguido no que respeita às declarações visadas no artigo 12.º, alínea B).

ARTIGO 16.º

Se um dos Estados contratantes denuncia a presente Convenção, a denúncia será notificada por escrito ao Governo Francês, que comunicará imediatamente a cópia certificada da notificação a todos os outros Estados, fazendo saber a data da recepção.

A denúncia não produzirá seus efeitos senão no Estado que a tiver notificado e um ano depois de a notificação ter sido recebida pelo Governo Francês.

As mesmas disposições se applicam no que respeita à denúncia da presente Convenção para as colónias, possessões, protectorados, territórios de além-mar e territórios sob mandato.

de ratification qui les accompagnent, sera immédiatement, par les soins du Gouvernement français et par la voie diplomatique, remise aux Gouvernements qui ont signé la présente Convention. Dans les cas visés par l'alinéa précédent, ledit Gouvernement français leur fera connaître, en même temps, la date à laquelle il aura reçu la notification.

ARTICLE 12

A) La présente Convention ne s'applique de plein droit qu'aux pays métropolitains des États contractants.

B) Si un État contractant en désire la mise en vigueur dans ses colonies, possessions, protectorats, territoires d'outre-mer ou territoires sous mandat, son intention sera mentionnée dans l'instrument même de ratification ou sera l'objet d'une notification spéciale adressée par écrit au Gouvernement français, laquelle sera déposée dans les archives de ce Gouvernement. Si l'État déclarant choisit ce dernier procédé, ledit Gouvernement transmettra immédiatement à tous les autres États contractants copie certifiée conforme de la notification, en indiquant la date à laquelle il l'a reçue.

ARTICLE 13

A) Tout État non signataire de la présente Convention pourra y adhérer au moment du dépôt des ratifications visé à l'article 11, alinéa A), ou postérieurement à cette date.

B) L'adhésion sera donnée en transmettant au Gouvernement français par la voie diplomatique l'acte d'adhésion qui sera déposé dans les archives dudit Gouvernement.

C) Ce Gouvernement transmettra immédiatement à tous les États contractants copie certifiée conforme de la notification ainsi que de l'acte d'adhésion, en indiquant la date à laquelle il a reçu la notification.

ARTICLE 14

La présente Convention produira effet, pour les États contractants qui auront participé au premier dépôt des ratifications, un an après la date dudit dépôt et, pour les États qui la ratifieront ultérieurement ou qui y adhéreront, ainsi qu'à l'égard des colonies, possessions, protectorats, territoires d'outre-mer et territoires sous mandat, non mentionnés dans les instruments de ratification, un an après la date à laquelle les notifications prévues dans l'article 11, alinéa D), l'article 12, alinéa B), et l'article 13, alinéa B), auront été reçues par le Gouvernement français.

ARTICLE 15

Chaque État contractant, partie à la Convention du 11 Octobre 1909, s'engage à dénoncer ladite Convention au moment du dépôt de l'instrument de sa ratification ou de la notification de son adhésion à la présente Convention.

La même procédure sera suivie en ce qui concerne les déclarations visés à l'article 12, alinéa B).

ARTICLE 16

S'il arrive qu'un des États contractants dénonce la présente Convention, la dénonciation sera notifiée par écrit au Gouvernement français, qui communiquera immédiatement la copie certifiée conforme de la notification à tous les autres États en leur faisant savoir la date à laquelle il l'a reçue.

La dénonciation ne produira ses effets qu'à l'égard de l'État qui l'aura notifiée et un an après que la notification en sera parvenue au Gouvernement français.

Les mêmes dispositions s'appliquent en ce qui concerne la dénonciation de la présente Convention pour les colonies, possessions, protectorats, territoires d'outre-mer et territoires sous mandat.

ARTIGO 17.º

Os Estados representados na Conferência reunida em Paris de 20 a 24 de Abril de 1926 são admitidos a assinar a presente Convenção até 30 de Junho de 1926.

Feito em Paris, aos 24 de Abril de 1926, em um só exemplar, devendo uma cópia autêntica ser enviada a cada um dos Governos signatários.

Pela Alemanha :

Dr. Eckardt.
F. Pflug.
Dr. Wegert.

Pela Áustria :

Ing. J. Altmann.
Dr. R. Fritz.

Pela Bélgica :

De Gaiffier d'Hestroy.

Pelo Brasil :

F. Guimardes.

Pela Grã-Bretanha e Irlanda do Norte :

H. H. Piggott.

Pela Bulgária :

M. Miltchew.

Por Cuba :

Pedro Sanchez Abreu.
R. Hernandez Portela.

Pela Dinamarca :

L. Madsen.
F. H. V. Bentsen.
O. Bilfeldt.

Por Dantzig :

Alexandre Szembek.

Pelo Egipto :

M. K. El-Kholi.
Hassan.

Pela Espanha :

Francisco J. Cervantes.
C. Resines.

Pela Estónia :

C. R. Pusta.

Pela Finlândia :

M. Nordberg.

Pela França :

Harismendy.
Walckenaer.
Lorieux.
Edmond Chaix.
P. le Gavrian.
M. Migette.
Henri Defert.
A. Beau.
J. Noulens.

Pela Grécia :

Sariyannis.

ARTICLE 17

Les États représentés à la Conférence réunie à Paris du 20 au 24 Avril 1926 sont admis à signer la présente Convention jusqu'au 30 Juin 1926.

Fait à Paris, le 24 Avril 1926, en un seul exemplaire, dont une copie conforme sera délivrée à chacun des Gouvernements signataires.

Pour l'Allemagne :

Dr. Eckardt.
F. Pflug.
Dr. Wegert.

Pour l'Autriche :

Ing. J. Altmann.
Dr. R. Fritz.

Pour la Belgique :

De Gaiffier d'Hestroy.

Pour le Brésil :

F. Guimardes.

Pour la Grande-Bretagne et l'Irlande du Nord :

H. H. Piggott.

Pour la Bulgarie :

M. Miltchew.

Pour Cuba :

Pedro Sanchez Abreu.
R. Hernandez Portela.

Pour le Danemark :

L. Madsen.
F. H. V. Bentsen.
O. Bilfeldt.

Pour Dantzig :

Alexandre Szembek.

Pour l'Égypte :

M. K. El-Kholi.
Hassan.

Pour l'Espagne :

Francisco J. Cervantes.
C. Resines.

Pour l'Esthonie :

C. R. Pusta.

Pour la Finlande :

M. Nordberg.

Pour la France :

Harismendy.
Walckenaer.
Lorieux.
Edmond Chaix.
P. le Gavrian.
M. Migette.
Henri Defert.
A. Beau.
J. Noulens.

Pour la Grèce :

Sariyannis.

Pela Guatemala :

F. A. Figueroa.

Pela Hungria :

Dr. Coloman de Tomcsanyi.
Eugène de Markhot.

Pelo Estado Livre da Irlanda :

Waughan B. Dempsey.

Pela Itália :

G. Summonte.
Ing. Henrico Mellini.
Benedetti Mauro.
Avv. E. Faldella.

Pela Letónia :

J. Feldmans.

Pela Lituânia :

P. Klimas.

Por Luxemburgo :

Legallais.

Por Marrocos :

Nacivet.

Pelo México :

A. Pani.

Por Mónaco :

Butavand.

Pela Noruega :

S. Bentzon.

Pelos Países-Baixos :

J. F. Schönfeld.
B. W. van Welderen Rengers.
G. A. Pos.

Pelo Peru :

Emilio Ortiz de Zevallos.

Pela Pérsia :

(ad referendum)

Dr. Hossein Khan Ghadimy.
Ahmed Khan Adel.

Pela Polónia :

Alexandre Szembek.
Richard Minchejmer.

Por Portugal :

Manuel Roldan y Pego.

Pela Roménia :

C. Cantacuzène
Ghyka.

Pelo Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos :

M. Spalaikovitich.

Pelo Sião :

Phya Sarasastra.

Pela Suíça :

Delaquis.

Pour le Guatemala :

F. A. Figueroa.

Pour la Hongrie :

Dr. Coloman de Tomcsanyi.
Eugène de Markhot.

Pour l'État libre d'Irlande :

Waughan B. Dempsey.

Pour l'Italie :

G. Summonte.
Ing. Henrico Mellini.
Benedetti Mauro.
Avv. E. Faldella.

Pour la Lettonie :

J. Feldmans.

Pour la Lithuanie :

P. Klimas.

Pour le Luxembourg :

Legallais.

Pour le Maroc :

Nacivet.

Pour le Mexique :

A. Pani.

Pour Monaco :

Butavand.

Pour la Norvège :

S. Bentzon.

Pour les Pays-Bas :

J. F. Schönfeld.
B. W. van Welderen Rengers.
G. A. Pos.

Pour le Pérou :

Emilio Ortiz de Zevallos.

Pour la Perse :

(ad referendum)

Dr. Hossein Khan Ghadimy.
Ahmed Khan Adel.

Pour la Pologne :

Alexandre Szembek.
Richard Minchejmer.

Pour le Portugal :

Manuel Roldan y Pego.

Pour la Roumanie :

B. Cantacuzène.
Ghyka.

Pour le Royaume des Serbes, Croates et Slovènes :

M. Spalaikovitich.

Pour le Siam :

Phya Sarasastra.

Pour la Suisse :

Delaquis.

Pela Tchecoslováquia :

Stefan Osusky.

Pela Tunísia :

Mourgnot.

Berthon.

Pela Turquia :

Nafiz Zia.

Pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas :

J. Datvian.

Zin Sedoy-Litwin.

N. Briling.

Pelo Uruguai :

F. Capurro.

Os delegados da Comissão do Governo no território da bacia do Sarre participante à Conferência declararam estar em condições de assinar a presente Convenção em nome da dita Comissão.

Pierrotet.

Centner.

Cópia certificada conforme.

O Ministro Plenipotenciário,
Chefe do Serviço de Protocolo,

T. A. Fouquière.

Pour la Tchecoslovaquie :

Stefan Osusky.

Pour la Tunisie :

Mourgnot.

Berthon.

Pour la Turquie :

Nafiz Zia.

Pour l'Union des Républiques Socialistes Soviétiques :

J. Datvian.

Zin Sedoy-Litwin.

N. Briling.

Pour l'Uruguay :

F. Capurro.

Les délégués de la Commission du Gouvernement du territoire du bassin de la Sarre participant à la Conférence ont déclaré être en mesure de signer la présente Convention au nom de ladite Commission.

Pierrotet.

Centner.

Copie certifiée conforme.

Le Ministre Plénipotentiaire,
Chef du Service du Protocole,

T. A. Fouquière.

ANEXOS

ANEXO A

O certificado internacional para automóveis, tal como é passado em qualquer dos Estados contratantes, será redigido na língua prescrita pela legislação do dito Estado.

A tradução definitiva das rubricas do livrete nas diferentes línguas será comunicada ao Governo da República Francesa pelos outros Governos, cada um naquilo que lhe respeita.

ANNEXES

ANNEXE A

Le certificat international pour automobile, tel qu'il est délivré dans tel ou tel des États contractants, sera libellé dans la langue prescrite par la législation dudit État.

La traduction définitive des rubriques du carnet dans les différentes langues sera communiquée au Gouvernement de la République française par les autres Gouvernements, chacun en ce qui le concerne.

ANEXO B

(NOME DO PAÍS)

CIRCULAÇÃO AUTOMÓVEL INTERNACIONAL

CERTIFICADO INTERNACIONAL
PARA AUTOMÓVEIS*Convenção internacional de 24 de Abril de 1926*

Concessão de certificado

Lugar _____

Data _____



(1)

(1) Assinatura da autoridade

ou

Assinatura da associação habilitada pela autoridade e visa de
desta.

(Pág. 2)

O presente certificado é válido, nos territórios de todos os Estados contratantes abaixo mencionados, durante um ano a contar do dia da sua concessão:

Lista dos Estados contratantes

ANNEXE B

(NOM DU PAYS)

CIRCULATION AUTOMOBILE INTERNATIONALE

CERTIFICAT INTERNATIONAL
POUR AUTOMOBILES*Convention internationale du 24 Avril 1926*

Délivrance du certificat

Lieu _____

Date _____



(1)

(1) Signature de l'autorité.

ou

Signature de l'association habilitée par l'autorité et visa de
celle-ci.

(Page 2)

Le présent certificat est valable, sur les territoires de tous les États contractants mentionnés ci-dessous, pendant un an à dater du jour de sa délivrance:

Liste des États contractants

(Pág. 3)

(Page 3)

Proprietário { Nome: (1)
ou { Apelido: (2)
detentor { Domicílio: (3)

Gênero do veículo: (4)

Designação do construtor do {
chassis..... } (5)

Indicação do tipo do chassis: (6)

Número de ordem na série do {
tipo ou número de fabrico } (7)
do chassis..... }

Motor..... { Número de cilindros: (8)
{ Número do motor: (9)
{ Curso: (10)
{ Diâmetro interno do cilindro: (11)
{ Potência em C. V.: (12)

Carrosserie.. { Forma: (13)
{ Côr: (14)
{ Número total de lugares: (15)

Pêso do veículo vazio (em quilogramas): (16)

Pêso do veículo com a carga {
máxima (em quilogramas) } (17)
se exceder 3500 quilogramas }

Marca de identificação de- {
vendo figurar nas placas.. } (18)

Propriétaire { Nom: (1)
ou { Prénoms: (2)
détenteur { Domicile: (3)

Genre du véhicule: (4)

Désignation du constructeur {
du châssis } (5)

Indication du type du châssis: (6)

N° d'ordre dans la série du {
type ou n° de fabrication } (7)
du châssis }

Moteur..... { Nombre de cylindres: (8)
{ Numéro du moteur: (9)
{ Course: (10)
{ Alésage: (11)
{ Puissance en C. V.: (12)

Carrosserie.. { Forme: (13)
{ Couleur: (14)
{ Nombre total de places: (15)

Poids du véhicule à vide (en kilos): (16)

Poids du véhicule en pleine {
charge (en kilos), s'il } (17)
excède 3500 kilos }

Marque d'identification {
devant figurer sur les } (18)
plaques..... }

(Pág. 4)

(Page 4)

_____ (1)
_____ (2)
_____ (3)
_____ (4)
_____ (5)
_____ (6)
_____ (7)
_____ (8)
_____ (9)
_____ (10)
_____ (11)
_____ (12)
_____ (13)
_____ (14)
_____ (15)
_____ (16)
_____ (17)
_____ (18)

_____ (1)
_____ (2)
_____ (3)
_____ (4)
_____ (5)
_____ (6)
_____ (7)
_____ (8)
_____ (9)
_____ (10)
_____ (11)
_____ (12)
_____ (13)
_____ (14)
_____ (15)
_____ (16)
_____ (17)
_____ (18)

Nota. — (Nas páginas 4 e seguintes, reproduzir o texto da página 3, traduzido em tantas línguas quantas sejam necessárias para que o certificado internacional possa ser utilizado nos territórios de todos os Estados contratantes mencionados na página 2).

Nota. — (Aux pages 4 et suivantes, reproduire le texte de la page 3, traduit en autant de langues qu'il sera nécessaire pour que le certificat international puisse être utilisé sur les territoires de tous les États contractants mentionnés à la page 2.)

(Pág. 5)

(Page 5)

____ (1)
____ (2)
____ (3)
____ (4)
____ (5)
____ (6)
____ (7)
____ (8)
____ (9)
____ (10)
____ (11)
____ (12)
____ (13)
____ (14)
____ (15)
____ (16)
____ (17)
____ (18)

____ (1)
____ (2)
____ (3)
____ (4)
____ (5)
____ (6)
____ (7)
____ (8)
____ (9)
____ (10)
____ (11)
____ (12)
____ (13)
____ (14)
____ (15)
____ (16)
____ (17)
____ (18)

(Pág. 6)

(Page 6)

____ (1)
____ (2)
____ (3)
____ (4)
____ (5)
____ (6)
____ (7)
____ (8)
____ (9)
____ (10)
____ (11)
____ (12)
____ (13)
____ (14)
____ (15)
____ (16)
____ (17)
____ (18)

____ (1)
____ (2)
____ (3)
____ (4)
____ (5)
____ (6)
____ (7)
____ (8)
____ (9)
____ (10)
____ (11)
____ (12)
____ (13)
____ (14)
____ (15)
____ (16)
____ (17)
____ (18)

(Pág. 7)

(Page 7)

____ (1)
____ (2)
____ (3)
____ (4)
____ (5)
____ (6)
____ (7)
____ (8)
____ (9)
____ (10)
____ (11)
____ (12)
____ (13)
____ (14)
____ (15)
____ (16)
____ (17)
____ (18)

____ (1)
____ (2)
____ (3)
____ (4)
____ (5)
____ (6)
____ (7)
____ (8)
____ (9)
____ (10)
____ (11)
____ (12)
____ (13)
____ (14)
____ (15)
____ (16)
____ (17)
____ (18)

(Pág. 8)

(Page 8)

____ (1)
____ (2)
____ (3)
____ (4)
____ (5)
____ (6)
____ (7)
____ (8)
____ (9)
____ (10)
____ (11)
____ (12)
____ (13)
____ (14)
____ (15)
____ (16)
____ (17)
____ (18)

____ (1)
____ (2)
____ (3)
____ (4)
____ (5)
____ (6)
____ (7)
____ (8)
____ (9)
____ (10)
____ (11)
____ (12)
____ (13)
____ (14)
____ (15)
____ (16)
____ (17)
____ (18)

(Pág. 9)

_____	(1)
_____	(2)
_____	(3)
_____	(4)
_____	(5)
_____	(6)
_____	(7)
_____	(8)
_____	(9)
_____	(10)
_____	(11)
_____	(12)
_____	(13)
_____	(14)
_____	(15)
_____	(16)
_____	(17)
_____	(18)

(Page 9)

_____	(1)
_____	(2)
_____	(3)
_____	(4)
_____	(5)
_____	(6)
_____	(7)
_____	(8)
_____	(9)
_____	(10)
_____	(11)
_____	(12)
_____	(13)
_____	(14)
_____	(15)
_____	(16)
_____	(17)
_____	(18)

(Pág. 10)

VISTO DE ENTRADA

Visto de entrada, Visa d'entrée, etc. (em todas as línguas) _____

(Page 10)

VISA D'ENTRÉE

Visa d'entrée, Entrance visa, etc. (toutes langues) _____

(1) País, Pays (etc., em todas as línguas) _____

(2) Lugar, lieu (etc., em todas as línguas) _____

(3) Data, date (etc., em todas as línguas) _____

(4) Assinatura (em todas as línguas) _____

(5) Carimbo (em todas as línguas) _____

(1) _____

(2) _____

(3) _____

(4) _____

(5)

(1) Pays, country (etc., toutes langues) _____

(2) Lieu, place (etc., toutes langues) _____

(3) Date, date (etc., toutes langues) _____

(4) Signature... (toutes langues) _____

(5) Cachet..... (toutes langues) _____

(1) _____

(2) _____

(3) _____

(4) _____

(5)

(Pág. 11)

(Page 11)

(1) _____	(1) _____
(2) _____	(2) _____
(3) _____	(3) _____
(4) _____ (5) _____	(4) _____ (5) _____
(1) _____	(1) _____
(2) _____	(2) _____
(3) _____	(3) _____
(4) _____ (5) _____	(4) _____ (5) _____

(1) _____	(1) _____
(2) _____	(2) _____
(3) _____	(3) _____
(4) _____ (5) _____	(4) _____ (5) _____
(1) _____	(1) _____
(2) _____	(2) _____
(3) _____	(3) _____
(4) _____ (5) _____	(4) _____ (5) _____

(Pág. 12)

(Page 12)

(1) _____	(1) _____
(2) _____	(2) _____
(3) _____	(3) _____
(4) _____ (5) _____	(4) _____ (5) _____
(1) _____	(1) _____
(2) _____	(2) _____
(3) _____	(3) _____
(4) _____ (5) _____	(4) _____ (5) _____

(1) _____	(1) _____
(2) _____	(2) _____
(3) _____	(3) _____
(4) _____ (5) _____	(4) _____ (5) _____
(1) _____	(1) _____
(2) _____	(2) _____
(3) _____	(3) _____
(4) _____ (5) _____	(4) _____ (5) _____

(Pág. 13)

(Page 13)

(1) _____	(1) _____
(2) _____	(2) _____
(3) _____	(3) _____
(4) _____ (5) _____	(4) _____ (5) _____
(1) _____	(1) _____
(2) _____	(2) _____
(3) _____	(3) _____
(4) _____ (5) _____	(4) _____ (5) _____

(1) _____	(1) _____
(2) _____	(2) _____
(3) _____	(3) _____
(4) _____ (5) _____	(4) _____ (5) _____
(1) _____	(1) _____
(2) _____	(2) _____
(3) _____	(3) _____
(4) _____ (5) _____	(4) _____ (5) _____

(Pág. 14)

(Page 14)

(1) _____	(1) _____
(2) _____	(2) _____
(3) _____	(3) _____
(4) _____ (5) _____	(4) _____ (5) _____
(1) _____	(1) _____
(2) _____	(2) _____
(3) _____	(3) _____
(4) _____ (5) _____	(4) _____ (5) _____

(1) _____	(1) _____
(2) _____	(2) _____
(3) _____	(3) _____
(4) _____ (5) _____	(4) _____ (5) _____
(1) _____	(1) _____
(2) _____	(2) _____
(3) _____	(3) _____
(4) _____ (5) _____	(4) _____ (5) _____

(Pág. 15)

(1) _____	(1) _____
(2) _____	(2) _____
(3) _____	(3) _____
(4) _____	(4) _____
(5) _____	(5) _____
(1) _____	(1) _____
(2) _____	(2) _____
(3) _____	(3) _____
(4) _____	(4) _____
(5) _____	(5) _____

(Page 15)

(1) _____	(1) _____
(2) _____	(2) _____
(3) _____	(3) _____
(4) _____	(4) _____
(5) _____	(5) _____
(1) _____	(1) _____
(2) _____	(2) _____
(3) _____	(3) _____
(4) _____	(4) _____
(5) _____	(5) _____

(Pág. 16)

_____	(1)
_____	(2)
_____	(3)
_____	(4)
_____	(5)
_____	(6)
_____	(7)
_____	(8)
_____	(9)
_____	(10)
_____	(11)
_____	(12)
_____	(13)
_____	(14)
_____	(15)
_____	(16)
_____	(17)
_____	(18)

(Page 16)

_____	(1)
_____	(2)
_____	(3)
_____	(4)
_____	(5)
_____	(6)
_____	(7)
_____	(8)
_____	(9)
_____	(10)
_____	(11)
_____	(12)
_____	(13)
_____	(14)
_____	(15)
_____	(16)
_____	(17)
_____	(18)

ANEXO C

O sinal distintivo previsto no artigo 5.º é constituído por uma placa oval de 30 centímetros de largura por 18 centímetros de altura, tendo de uma a três letras pintadas a preto sobre fundo branco. As letras são formadas por caracteres latinos maiúsculos. Têm um mínimo de 10 centímetros de altura; os seus traços têm 15 milímetros de espessura.

Para as motocicletas, o sinal distintivo previsto no artigo 5.º medirá apenas 18 centímetros no sentido horizontal e 12 centímetros no sentido vertical. As letras medirão 8 centímetros de altura, sendo a largura dos seus traços de 10 milímetros.

As letras distintivas dos diferentes Estados e Territórios são as seguintes:

Alemanha	D
Estados Unidos da América	US
Austria	A
Bélgica	B
Brasil	BR
Grã-Bretanha e Irlanda do Norte	GB
Ilha de Aurigny	GBA
Gibraltar	GBZ
Guernesey	GBG
Jersey	GBJ
Malta	GBY
Índias Britânicas	BI
Bulgária	BG
Chile	RCH
China	RC
Colômbia	CO
Cuba	C
Dinamarca	DK
Dantzig	DA
Egipto	ET
Equador	EQ
Espanha	E
Estónia	EW
Finlândia	SF
França, Argélia e Tunísia	F
Índias francesas	F
Guatemala	G
Grécia	GR
Haiti	RH
Hungria	H
Estado Livre da Irlanda	SE
Itália	I
Letónia	LR
Liechtenstein	FL
Lituânia	LT
Luxemburgo	L
Marrocos	MA
México	MEX
Mónaco	MC
Noruega	N
Panamá	PA
Paraguai	PY
Países Baixos	NL
Índias holandesas	IN
Peru	PE
Polónia	PR
Polónia	PL
Portugal	P

ANNEXE C

Le signe distinctif prévu à l'article 5 est constitué par une plaque ovale de 30 centimètres de largeur sur 18 centimètres de hauteur, portant de une à trois lettres peintes en noir sur fond blanc. Les lettres sont formées de caractères latins majuscules. Elles ont, au minimum, 10 centimètres de hauteur; leurs traits ont 15 millimètres d'épaisseur.

En ce qui touche les motocycles, le signe distinctif prévu à l'article 5 mesurera seulement 18 centimètres dans le sens horizontal et 12 centimètres dans le sens vertical. Les lettres mesureront 8 centimètres de hauteur; la largeur de leurs traits étant de 10 millimètres.

Les lettres distinctives pour les différents États et Territoires sont les suivantes:

Allemagne	D
Etats-Unis d'Amérique	US
Autriche	A
Belgique	B
Brésil	BR
Grande-Bretagne et Irlande du Nord	GB
Ile d'Aurigny	GBA
Gibraltar	GBZ
Guernesey	GBG
Jersey	GBJ
Malte	GBY
Indes Britanniques	BI
Bulgarie	BG
Chili	RCH
Chine	RC
Colombie	CO
Cuba	C
Danemark	DK
Dantzig	DA
Égypte	ET
Équateur	EQ
Espagne	E
Esthonie	EW
Finlande	SF
France, Algérie et Tunisie	F
Indes françaises	F
Guatemala	G
Grèce	GR
Haiti	RH
Hongrie	H
État Libre d'Irlande	SE
Italie	I
Lettonie	LR
Liechtenstein	FL
Lithuanie	LT
Luxembourg	L
Maroc	MA
Mexique	MEX
Monaco	MC
Norvège	N
Panama	PY
Paraguay	PA
Pays-Bas	NL
Indes néerlandaises	IN
Pérou	PE
Perse	PR
Pologne	PL
Portugal	P

Roménia	R	Roumanie	R
Território do Sarre	S A	Territoire de la Sarre	S A
Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos	S H S	Royaume des Serbes, Croates et Slovènes.	S H S
Sião	S M	Siam	S M
Suécia	S	Suède	S
Sulça	CH	Suisse	CH
Síria e Libano	L S A	Syrie et Liban	L S A
Tchecoslováquia.	CS	Tchécoslovaquie.	CS
Turquia	T R	Turquie	T R
União das Repúblicas Soviéticas e Socialistas	S U	Union des Républiques Soviétistes et Socialistes	S U
Uruguai	U	Uruguay	U

ANEXO D

A licença internacional para conduzir (Anexo E) tal como é passada em qualquer dos Estados contratantes será redigida na língua prescrita pela legislação do dito Estado.

A tradução definitiva das rubricas do livrete nas diferentes línguas será comunicada ao Governo da República Francesa pelos outros Governos, cada um naquilo que lhe respeita.

ANNEXE D

Le permis international de conduire (Annexe E) tel qu'il est délivré dans tel ou tel des États contractants sera libellé dans la langue prescrite par la législation dudit État.

La traduction définitive des rubriques du carnet dans les différentes langues sera communiquée au Gouvernement de la République française par les autres Gouvernements, chacun en ce qui le concerne.

ANEXO E

(NOME DO PAÍS)

CIRCULAÇÃO AUTOMÓVEL INTERNACIONAL

LICENÇA INTERNACIONAL
PARA CONDUZIR*Convenção internacional de 24 de Abril de 1926*

Concessão de licença

Lugar _____

Data _____



(1)

(1) Assinatura da autoridade

ou
Assinatura da associação habilitada pela autoridade e visto desta.

(Pág. 2)

A presente licença é válida, nos territórios de todos os Estados contratantes abaixo mencionados, durante *um ano a contar do dia da concessão*, para conduzir *veículos pertencendo à categoria ou às categorias indicadas na página 12*.

Lista dos Estados contratantes

Fica estabelecido que esta licença por forma alguma restringe a obrigação que impende sobre o seu portador de se conformar inteiramente com as leis e regulamentos relativos ao estabelecimento ou ao exercício de uma profissão em vigor em cada um dos países em que circula.

ANNEXE E

(NOM DU PAYS)

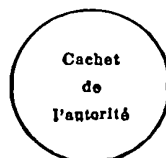
CIRCULATION AUTOMOBILE INTERNATIONALE

PERMIS INTERNATIONAL
DE CONDUIRE*Convention internationale du 24 Avril 1926*

Délivrance du permis

Lieu _____

Date _____



(1)

(1) Signature de l'autorité

ou
Signature de l'association habilitée par l'autorité et visa de celle-ci.

(Page 2)

Le présent permis est valable, sur les territoires de tous les États contractants mentionnés ci-dessous, pendant *un an à dater du jour de la délivrance*, pour la conduite des *véhicules appartenant à la catégorie ou aux catégories visées à la page 12*.

Liste des États contractants

Il est entendu que le présent permis ne diminue en aucune sorte l'obligation où se trouve son porteur de se conformer entièrement aux lois et règlements relatifs à l'établissement ou à l'exercice d'une profession en vigueur dans chaque pays où il circule.

(Pág. 3)

(Page 3)

Indicações relativas ao condutor

Nome _____ (1)
 Apelidos _____ (2)
 Lugar do nascimento _____ (3)
 Data do nascimento _____ (4)
 Domicílio _____ (5)

Indications relatives au conducteur

Nom _____ (1)
 Prénoms _____ (2)
 Lieu de naissance _____ (3)
 Date de naissance _____ (4)
 Domicile _____ (5)

(Pág. 4)

(Page 4)

(NOME DO PAÍS)

EXCLUSÃO

O Sr. (nome e apelidos) _____
 autorizado conforme d'êste consta pela autoridade
 do (país) _____
 fica privado do direito de conduzir no território do
 (país) _____
 pelo motivo de _____



Lugar _____
 Data _____

Assinatura

(NOME DO PAÍS)

EXCLUSÃO

O Sr. (nome e apelidos) _____
 autorizado conforme d'êste consta pela autoridade
 do (país) _____
 fica privado do direito de conduzir no território do
 (país) _____
 pelo motivo de _____



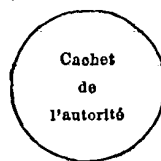
Lugar _____
 Data _____

Assinatura

(NOM DU PAYS)

EXCLUSION

M. (nom et prénoms) _____
 autorisé ci-dessus par l'autorité de (pays) _____
 est déchu du droit de conduire sur le territoire de
 (pays) _____
 en raison de _____



Lieu _____
 Date _____

Signature

(NOM DU PAYS)

EXCLUSION

M. (nom et prénoms) _____
 autorisé ci-dessus par l'autorité de (pays) _____
 est déchu du droit de conduire sur le territoire de
 (pays) _____
 en raison de _____



Lieu _____
 Date _____

Signature

(Pág. 5)

(Page 5)

Indicações relativas ao condutor

Indications relatives au conducteur

Para a fotografia,
ver o que se diz a (pág. 3)

Pour la photographie,
voir ci-dessus (page 3)

Nome _____ (1)

Nom _____ (1)

Apelidos _____ (2)

Prénoms _____ (2)

Lugar do nascimento _____ (3)

Lieu de naissance _____ (3)

Data do nascimento _____ (4)

Date de naissance _____ (4)

Domicílio _____ (5)

Domicile _____ (5)

Nota (páginas 5 e 6). — Fôlha a reproduzir, traduzida em tantas línguas quantas sejam necessárias para que a licença internacional possa ser utilizada nos territórios de todos os Estados contratantes mencionados na página 2.

Nota (pages 5 et 6). — Feuille à reproduire, traduit en autant de langues qu'il sera nécessaire pour que le permis international puisse être utilisé sur les territoires de tous les États contractants mentionnés page 2.

(Pág. 6)

(Page 6)

(NOME DO PAÍS)

(NOM DU PAYS)

EXCLUSÃO

EXCLUSION

O Sr. (nome e apelidos) _____
autorizado conforme d'êste consta pela autoridade
do (país) _____
fica privado do direito de conduzir no território do
(país) _____
pelo motivo de _____

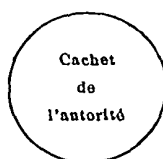
M. (nom et prénoms) _____
autorisé ci-dessus par l'autorité de (pays) _____
est déchu du droit de conduire sur le territoire de
(pays) _____
en raison de _____



Lugar _____

Data _____

Assinatura



Lieu _____

Date _____

Signature

(NOME DO PAÍS)

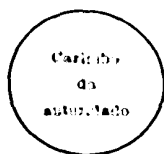
(NOM DU PAYS)

EXCLUSÃO

EXCLUSION

O Sr. (nome e apelidos) _____
autorizado conforme d'êste consta pela autoridade
do (país) _____
fica privado do direito de conduzir no território do
(país) _____
pelo motivo de _____

M. (nom et prénoms) _____
autorisé ci-dessus par l'autorité de (pays) _____
est déchu du droit de conduire sur le territoire de
(pays) _____
en raison de _____



Lugar _____

Data _____

Assinatura



Lieu _____

Date _____

Signature

(Pág. 7)

(Page 7)

(Pág. 8)

(Page 8)

*(Pag. 9)**(Page 9)**(Pag. 10)**(Page 10)*

(Pág. 11)

(Page 11)

(1) A. — Automóveis cujo peso com a carga (art. 7.º)
não exceda 3500 quilogramas
(Em todas as línguas)

(1) A. — Automobiles dont le poids en charge (art. 7)
n'excède pas 3500 kilos.
(En toutes langues)

(2) B. — Automóveis cujo peso com a carga (art. 7.º)
exceda 3500 quilogramas
(Em todas as línguas)

(2) B. — Automobiles dont le poids en charge (art. 7)
excède 3500 kilos.
(En toutes langues)

(3) C. — Motocicletas, com ou sem «side-car»
(Em todas as línguas)

(3) C. — Motocyclettes, avec ou sans side-car
(En toutes langues)

(Pág. 12)

(Page 12)

A (1)	B (2)	C (3)
		

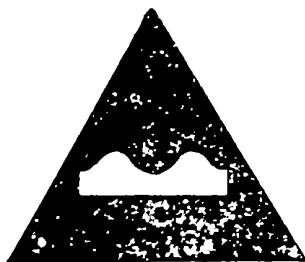
A (1)	B (2)	C (3)
		

(1) _____
 (2) _____
 (3) _____
 (4) _____
 (5) _____

(1) _____
 (2) _____
 (3) _____
 (4) _____
 (5) _____

ANEXO F

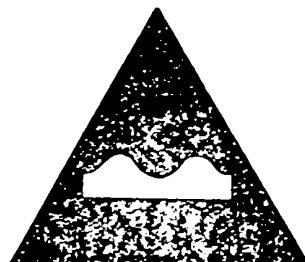
ANNEXE F



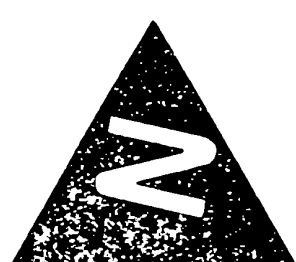
Vala



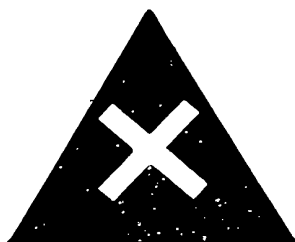
Volta



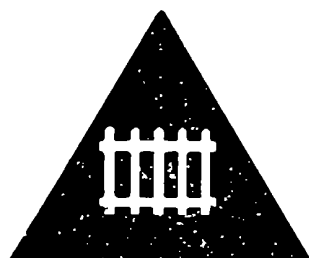
Cassis



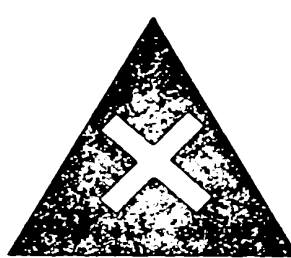
Virago



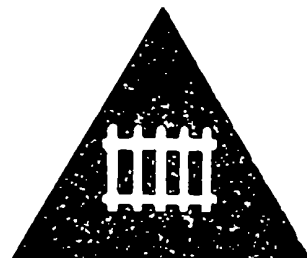
Encruzilhada



Passagem de nível resguardada



Croisement



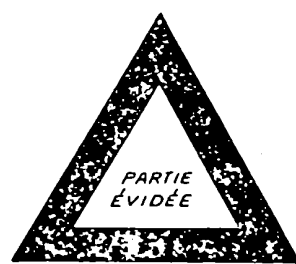
Passage à niveau gardé



Passagem de nível não resguardada

Signal indicado
nas terceira e quarta alíneas
do artigo 9.º

Passage à niveau non gardé

Signal indiqué
aux troisième et quatrième alíneas
de l'article 9

Visto, examinado e considerado quanto se contém na presente Convenção e Anexos, aprovados por decreto com força de lei número quinze mil oitocentos e um, são, pela presente Carta, a mesma Convenção e Anexos confirmados e ratificados, assim no todo como em cada uma das suas cláusulas e estipulações, e dadas por firmes e sólidas para produzir os seus devidos efeitos e serem inviolavelmente cumpridas e observadas.

Em testemunho do que a presente Carta vai por mim assinada e selada com o selo da República.

Dado nos Paços do Governo da República, aos dez de Janeiro de mil novecentos e vinte e nove.-- ANTÓNIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *Manuel Carlos Quintão Meireles*.

(Este instrumento de ratificação foi depositado nos arquivos do Governo da República Francesa, em vinte e quatro de Outubro de mil novecentos e vinte e nove).